

**Metamorfoses florestais:
Culturas, ecologias e as
transformações históricas
da Mata Atlântica**

**Diogo de Carvalho Cabral
Ana Goulart Bustamante**
Organizadores



**Metamorfoses florestais: Culturas, ecologias e as transformações
históricas da Mata Atlântica**
Diogo de Carvalho Cabral; Ana Goulart Bustamante

1ª Edição - Copyright© 2016 Editora Prismas
Todos os Direitos Reservados.

Editor Chefe: Vanderlei Cruz
editorchefe@editoraprimas.com
Agente Editorial: Sueli Salles
agenteeditorial@editoraprimas.com
Diagramação: Katielle Paulino
Capa e Projeto Gráfico: Cláudia Reucher

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz
Bibliotecária CRB 9-626

Nome do Autor

XXXX Nome do Livro

2015 / Nome do Autor. – X. ed. – Curitiba : Editora Prismas, 2015. XXX p. ; 23 cm

ISBN: XXX-XX-XXXXX-XX-X

1.XXX. 2. XXX. 3. XXX. 4. XXX. 5. XXX. I. Título.

CDD xxx.xxx(xx.ed)

CDU xxx(xx)

**Metamorfoses florestais:
Culturas, ecologias e as
transformações históricas
da Mata Atlântica**

**Diogo de Carvalho Cabral
Ana Goulart Bustamante**
Organizadores



Apresentação

Uma floresta, um país e um saber em construção

José Augusto Pádua

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Para persuadir o leitor da relevância e da alta qualidade deste “Metamorfoses Florestais: Culturas, Ecologias e as Transformações Históricas da Mata Atlântica Brasileira”, é necessário retroceder no tempo e fazer uma breve contextualização histórica. Em 1982, através de amigos comuns, tive o privilégio de conhecer Warren Dean, um renomado pesquisador de história econômica, professor da New York University, e que estava começando a buscar uma aproximação mais explicitamente ambiental da história. Como eu também tinha grande interesse nos temas ambientais, além de ser um jovem professor de história, o diálogo fluiu com muita facilidade e se renovou ao longo de duas décadas. Já no primeiro encontro, quando perguntei o que ele estava pesquisando, a resposta me surpreendeu e marcou profundamente: “estou levantando fontes para escrever uma história da Mata Atlântica”. Aquela resposta, aparentemente simples, ainda hoje permite abrir um leque temático amplo e fecundo.

Um tema fundamental, por exemplo, diz respeito à própria construção histórica do conceito de “Mata Atlântica”. Lembro que, ao ouvir a resposta de Dean, pensei imediatamente que estava diante de uma outra maneira de contar a história do Brasil, já que a esmagadora maioria das dinâmicas populacionais e das estruturas socioeconômicas e culturais que hoje identificamos como “Brasil” haviam sido estabelecidas, ao longo dos séculos, na interação com os grandes conjuntos florestais que se estendiam do Nordeste ao Sul do litoral. Em 1982, já era perfeitamente inteligível este conceito unificado de Mata Atlântica. Mesmo que alguns marcos na sua consolidação – como a Fundação SOS Mata Atlântica (1986), a nova Constituição Federal (1988), o Decreto da Mata Atlântica (1993) e o “Mapa dos Biomas do Brasil” do IBGE (2004) – ainda não estivessem presentes.

O conceito não vinha sendo construído apenas por cientistas e pesquisadores, que começaram a publicar textos com base na ideia

de Mata Atlântica, mas também por mobilizações sociais, culturais e políticas. É importante observar este amplo movimento para superar a ilusão positivista de que os conceitos da ciência são construídos de forma “pura” e independente das inquietações e das forças sociais presentes em cada momento histórico. A ciência nunca está divorciada das dinâmicas da história. Naquele momento, de início da redemocratização do país, vivia-se a necessidade de repensar criticamente o passado e o presente do Brasil, incluindo a problemática relação com seu enorme território e o uso predatório da sua notável diversidade ecológica. O século XX havia sido um período de grandes desflorestamentos, quase sem barreiras institucionais ou protestos na opinião pública. A partir da década de 1970, porém, como procurei discutir em dois artigos recentes , ocorreu uma mudança radical na imagem global das florestas tropicais (refiro-me à imagem destas florestas no mundo da política, das relações internacionais, da mídia e dos debates na arena pública, não no espaço específico das academias científicas). De forma genérica, pode-se falar na passagem da visão daquelas florestas como algo ameaçador, que deveria ser convertido economicamente pela civilização, para algo ameaçado, um verdadeiro tesouro que deveria ser conservado em nome da sustentabilidade da própria civilização.

Vale lembrar que naquele mesmo momento a Floresta Amazônica e sua destruição estavam se convertendo em um dos grandes ícones da globalização. As várias formações florestais da costa oriental do Brasil, ao contrário, onde vivia a ampla maioria da população, não atraíam atenção internacional, apesar de estarem muito mais devastadas. De certo forma, creio que se buscava uma espécie de “equivalente conceitual” da Amazônia, uma “Mata Atlântica” unificada que pudesse ser percebida de forma abrangente pela opinião pública e tornar-se objeto de políticas integradas de defesa e conservação. O sucesso desta “estratégia”, aliás, que foi construída de forma espontânea e convergente por uma multiplicidade de atores, é bastante óbvio na perspectiva do presente. A devastação foi estancada e o desflorestamento residual, apesar de ainda relevante, se conta hoje em hectares e não em quilômetros quadrados. Tanto é assim que oligarquias econômicas regionais, especialmente na região das florestas com Araucária no Sul do país, fazem esforços para reverter a inclusão das matas locais no bioma Mata Atlântica, pois esta garante uma proteção legal muito mais forte e efetiva.

Para quem não está acostumado com as sutilezas das ciências sociais, é importante ter claro que, ao se afirmar que o conceito de Mata Atlântica é uma construção histórica e, portanto, artificial, não significa dizer que ele não seja “verdadeiro”. A Mata Atlântica é uma verdade da sua época, uma verdade para os atores sociais que a reconhecem. Dito de outra forma, a “Mata Atlântica” é tão verdadeira como o próprio “Brasil” que, na perspectiva histórica, enquanto um país unificado, é uma criação do século XIX. O Brasil é real enquanto suas instituições, cidadãos e parceiros internacionais assim o reconhecerem. Mas é claro que não se trata de uma realidade eterna e essencial. O Brasil não é um “gigante pela própria natureza”, como diz o hino nacional, mas sim um território gigantesco que foi unificado institucionalmente através dos artifícios da história.

Não se trata de afirmar, tampouco, que a construção histórica do conceito de Mata Atlântica não possua base biofísica. É óbvio que existe um conjunto de diferentes tipos de formação florestal, mais ou menos contíguas, nas proximidades do litoral que está sendo destacado. Existem também argumentos bio-climáticos robustos para pensar este conjunto de maneira integrada. Vou ainda mais longe. Concordo com os autores que defendem o conceito de um “Domínio da Mata Atlântica Senso Latíssimo”, que também incluiria as formações florestais do interior do Brasil (como no caso do chamado “Mato Grosso de Goiás”). Mas o fato é que os conceitos agregadores vão se construindo na relação complexa entre ciência e sociedade. A tradição de pensar o litoral como eixo geopolítico da formação histórica do Brasil, por exemplo, entre outros motivos, influenciou a vitória de um sentido lato, mas não latíssimo, da Mata Atlântica.

Por outro lado, os diferentes conceitos agregadores, que buscam dar conta das identidades e diferenças ecossistêmicas presentes no território, não devem ser tomados como algo monolítico, fechado e excludente. Eles são instrumentos de compreensão cuja validade depende do contexto e da escala com a qual se está trabalhando. Para um historiador ambiental que esteja analisando uma microrregião concreta, a ideia de Mata Atlântica pode ser completamente irrelevante. É muito mais importante, neste caso, examinar a interação das sociedades locais com uma formação florestal específica, ou então com as áreas de transição e mosaicos de vegetação que constituem grande

parte das paisagens florísticas realmente existentes. No entanto, para visualizar a dimensão territorial da história do país como um todo, ou para formular projetos de educação e políticas de conservação, uma visão integrada pode ser muito relevante.

O segundo grande tema que desejo mencionar, até por estar presente em todos os artigos deste “Metamorfose Florestais” – mesmo aqueles que não foram escritos por “historiadores” – diz respeito ao esforço de trazer o mundo biofísico para o coração da história humana e, ao mesmo tempo, trazer a dimensão histórica para o coração da análise do mundo biofísico. A proposta de Warren Dean, de trabalhar a história a partir de Mata Atlântica, foi bastante inovadora, apesar de não ter sido uma inovação absoluta. A publicação, em 1949, do livro clássico de Fernand Braudel sobre o Mundo Mediterrânico , provocou impacto por romper com as fronteiras políticas, nacionais ou regionais, e discutir uma história complexa, do geográfico ao cultural, a partir do maior mar interior do planeta. Mas bem antes disso, em 1937, Gilberto Freyre, que Braudel conhecia bem, já tinha publicado um exercício fascinante de análise onde uma área ecológica – a Zona da Mata do Nordeste brasileiro – era tomada como o eixo espacial de uma história interativa onde a ação humana acontecia em relação permanente com os solos, as águas, as plantas e os animais. Vários outros exemplos poderiam ser mencionados. No entanto, basta um pouco de leitura comparativa para admirar a dimensão do esforço empreendido por Dean. Apesar do Mar Mediterrâneo possuir quase o dobro do tamanho da Mata Atlântica, Braudel focalizou um período bastante definido, o século XVI, mesmo que algumas de suas análises tenham ido bem mais longe no tempo. Já Freyre, que abordou os vários séculos a partir da chegada dos colonizadores portugueses no Nordeste, recorreu a uma área geográfica bastante pequena do que hoje chamaríamos de domínio da Mata Atlântica.

A proposta de Dean, ao menos em tese, procurou abarcar os mais de 1,3 milhões de quilômetros quadrados da Mata Atlântica na longuíssima duração. É claro que o escopo desta proposta já se beneficiava dos progressos da ecologia e da constituição da história ambiental como campo de conhecimento no final do século XX. Um ponto fundamental destes avanços epistemológicos é o de tomar a natureza e, no caso, a Mata Atlântica, como uma história de longuíssima duração – história no

sentido de construções, desconstruções e transformações de formas e seres ao longo do tempo. A longa duração também foi adotada no caso das sociedades humanas, indo muito além da história moderna do Brasil. A história natural da Mata Atlântica passou a interagir com a presença de populações paleo-indígenas e indígenas nos últimos 12.000 anos e, mais tarde, com as várias ondas populacionais derivadas do domínio colonial europeu a partir do século XVI. Uma história que Dean trabalhou até o momento presente, incorporando as enormes transformações econômicas e sociais vividas pelo país no século XX.

Com um escopo tão vasto e ousado, os pesquisadores da história ambiental do Brasil passaram a contar – desde os momentos iniciais do processo recente de consolidação da sua disciplina na institucionalidade da academia – com uma grande obra de síntese sobre um espaço geohistórico essencial no processo de formação do país. Uma oportunidade, diga-se de passagem, que poucas comunidades acadêmicas nacionais tiveram algum dia. Um livro que, ademais, fez história para além da academia. Não tenho dúvidas em afirmar, ainda mais levando em conta a importância da narrativa histórica no estabelecimento de identidades sociais, que entre os atores fundamentais na construção histórica do conceito de Mata Atlântica, que estive discutindo acima, encontra-se o próprio livro de Warren Dean.

O preço desta ousadia e desta relevância, porém, foi a imperfeição do produto final. A síntese que Dean produziu foi muito precoce e, por isso mesmo, cheia de lacunas, erros e limites de interpretação a serem corrigidos e ampliados no futuro. Um fato do qual, ao meu ver, ele estava bem consciente. Seu esforço faz lembrar as belas palavras de Marc Bloch no prefácio do seu grande livro, de 1931, sobre a história rural francesa: “No desenvolvimento de uma disciplina, existem momentos em que uma síntese, embora na aparência prematura, presta mais serviços do que muitos trabalhos analíticos, ou, em outras palavras, em que bem enunciar os problemas é mais importante, por hora, do que buscar resolvê-los”.

Pois bem. Em que se relaciona tudo o que foi dito até agora com este “Metamorfoses Florestais” que em tão boa hora está sendo publicado? Penso que este empreendimento coletivo, pelo seu escopo e qualidade, representa a melhor aproximação de uma grande história da Mata Atlântica desde a ousada tentativa de Dean. É muito

significativo, aliás, que o novo livro esteja sendo lançado exatamente 20 anos após a publicação do primeiro. Uma atualização, no contexto dos avanços da pesquisa contemporânea, daquele tour de force intelectual realizado na década de 1990. Mas é preciso explicar melhor esta afirmação. É muito pouco provável que outro esforço autoral de escrever uma grande obra de síntese sobre a história da Mata Atlântica aconteça no futuro próximo. No entanto, quando alguém se dispuser a realizar esse empreendimento no futuro poderá se beneficiar de uma base documental e de uma massa crítica de análises específicas muito mais ampla e profunda do que aquela a que Dean teve acesso. Pois o grande esforço que hoje se realiza é mais setorial e coletivo. Desde 1995, o estudo das transformações históricas ocorridas no domínio da Mata Atlântica, associando ecologias e culturas, teve um desenvolvimento considerável. Varias teses de doutorado de excelente qualidade, assim como os sucessivos trabalhos de pesquisadores mais antigos, aprofundaram em muito os diferentes aspectos desta grande história, seja em termos temáticos ou de recortes temporais e espaciais mais específicos. Muitos dos dados e interpretações oferecidos por Dean foram refutados ou questionados. Assim como estas novas contribuições ampliaram, complementaram ou inovaram as análises sobre o assunto.

É claro que os autores da presente obra coletiva não pretendem construir uma nova história exaustiva e totalizante da Mata Atlântica. Mas, ao percorrer o livro que ora apresento, é grande a minha satisfação em constatar que vários dos pesquisadores e autores de teses de doutorado aos quais me referi acima estão aqui presentes. O livro apresenta, portanto, um verdadeiro retrato, diversificado e abrangente, da melhor produção recente sobre a história da Mata Atlântica. Uma fotografia dos avanços e inovações produzidas a partir de “A Ferro e Fogo”. Uma importante inovação, que já foi mencionada, aparece na postura de vários textos em não aceitar uma visão essencialista da existência da Mata Atlântica, percebendo que ela deve ser entendida como uma grande construção em diferentes níveis: biofísico, social e conceitual.

Por outro lado, algumas das qualidades da síntese de Dean são aqui renovadas e ampliadas. Por exemplo, a leitura histórica e dinâmica da própria ecologia da Mata Atlântica, considerando as grandes mudanças que ocorreram na longuíssima duração dos tempos da Natureza. O

mesmo pode ser dito em relação à postura de não ficar preso em uma visão restrita e “nacional” da história do Brasil. É verdade que os povos indígenas e seus ancestrais não podem ser simplesmente inseridos na história do “Brasil”. Seria uma violência forçá-los desde sempre na condição de “brasileiros”. Mas eles precisam fazer parte da categoria mais ampla de “fenômeno brasileiro”, utilizada por Guerreiro Ramos , pois entraram de diferentes formas no caldeirão histórico da formação do que hoje conhecemos como Brasil. Os povos paleoindígenas, por exemplo, modificaram muitas paisagens na sua interação de longa duração com o mundo biofísico. As mesmas paisagens que, mais tarde, inseriram-se na história do Brasil propriamente dito. Os povos indígenas, por sua vez, participam desde história de forma direta ou indireta. Alguns textos do livro discutem sua presença nos encontros e desencontros que ocorreram de diferentes formas a partir da conquista colonial, das trocas (inclusive biológicas) à violência aberta.

Na questão dos encontros e desencontros provocados pela expansão colonial é importante saudar a adoção por alguns autores de uma perspectiva geográfica que vai bem além do que se define como “território brasileiro”. Uma tendência cosmopolita observada em diversos campos da historiografia mais recente e que tem ajudado a superar um certo caráter fechado e endógeno – ou então excessivamente centrado nas trocas diretas entre Brasil e Portugal – presente em boa parte da tradição historiográfica brasileira. Os intercâmbios biológicos no mundo moderno, que cruzam oceanos e continentes, são um excelente campo temático para essa abertura consciente no escopo geográfico da história.

Também deve ser elogiado, nas pegadas de Dean, o esforço de vários autores para abordar situações históricas mais contemporâneas – que os organizadores situam no contexto de uma leitura bastante ampla da ideia de Antropoceno. É importante observar que as transformações da Mata Atlântica no Brasil meridional, subestimadas na síntese de Dean, aqui aparecem com muito maior expressão, refletindo a qualidade da história ambiental que está sendo produzida nas universidades do Sul do Brasil. Por outro lado, a entrada do urbano-industrial na história florestal, e vice-versa, aparece no livro de forma muito evidente, retirando as florestas de um enfoque analítico

excessivamente rural e da falsa dicotomia entre a história do mundo orgânico e a história do mundo mecânico e fossilista. Na vida vivida, assim como no caso do hibridismo entre o biofísico e o cultural, essas esferas se misturam em inúmeras situações que se apresentam presentes concretamente na economia e na sociedade. Também pode ser destacada, na parte final do livro, a preocupação com uma certa “história do futuro”, ou seja, com o vínculo entre o passado e o futuro na discussão sobre o destino, conservação e regeneração/ampliação dos remanescentes da Mata Atlântica que ainda existem no território brasileiro, no contexto mais amplo do debate sobre a possibilidade de uma transição florestal estar ocorrendo no Brasil.

Em suma, creio que “Metamorfoses Florestais” tem tudo para se tornar uma importante referência intelectual. Um livro que poderá estimular a realização de novas pesquisas e debates e – porque não? – de políticas públicas e projetos de intervenção mais inteligentes e bem informados. Podemos ter esperança de que os novos saberes, sempre em construção, sobre a história da Mata Atlântica, continuem a contribuir para mudar o destino de quase aniquilamento que, apenas algumas décadas atrás, parecia estar definido para este tesouro ecológico que marca tão profundamente o passado e o presente do Brasil.

Sumário

Introdução

Mudanças na Mata	17
<i>Diogo de Carvalho Cabral, Ana Goulart Bustamante</i>	

I

Emergências ecológicas e conceituais 35

A Mata Atlântica no final do Quaternário: Dinâmicas climatobotânicas e antropogênicas desde o Último Máximo Glacial	37
<i>Vivian Jeske-Pieruschka, Marie-Pierre Ledru</i>	

Da província ao bioma: Representações da Mata Atlântica	54
<i>Leonardo Castro</i>	

II

Mundos paleoindígenas 83

Os habitantes pré-coloniais da Mata Atlântica Nordeste	85
<i>Carlos Etchvarne</i>	

Dez mil anos de convivência: A Arqueologia da Mata Atlântica do Sudeste	106
<i>Astolfo G. M. Araújo</i>	

Ecologias culturais na Mata Atlântica pré-colonial de Santa Catarina	124
<i>Deisi S. Eloy de Farias, Andreas Kneip, Geovan Martins Guimarães, Alexandro Demathé, Tiago Atorre, Paulo DeBlasis</i>	

III

Encontros e regimes coloniais..... 149

O pau-brasil na bahia colonial: Zonas de ocorrência, condições de exploração e impactos ambientais	151
<i>Marcelo Henrique Dias</i>	

Porcos do Alentejo, malaguetas da Bahia: Intercâmbio biológico na Mata Atlântica quinhentista 176
Christian Fausto Moraes dos Santos, Fabiano Bracht, Gisele Cristina da Conceição

A Mata Transatlântica: Afrodescendentes e transformação socioecológica no litoral da Bahia194]
Case Watkins, Robert Voeks

A mineração e a mata: Água, madeira e técnica na exploração do ouro nas Minas Gerais setecentistas 224
Carolina Marotta Capanema

Botânica e gestão florestal na Bahia atlântica de fins do século XVIII 245
Rodrigo Osório Pereira

IV

Antropoceno 263

Com açúcar e sem afeto: A cana e a devastação da Mata Atlântica nordestina 265
Cristiane Gomes Barreto e José Augusto Drummond

Relíquias da destruição Registros arqueogeológicos da supressão da Mata Atlântica no Vale do Paraíba 286
Alex Ubiratan Goossens Peloggia

Floresta urbana, sistema emergente: Transformações socioecológicas no Maciço da Pedra Branca, cidade do Rio de Janeiro 305
Gabriel Paes da Silva Sales, Alexandro Solórzano, Rogério Ribeiro de Oliveira

A economia madeireira na Mata Atlântica interiorana, 1920-1960 ... 318
Christian Brannstrom

Vida e morte da Floresta com Araucária 350
Eunice Sueli Nodari

Extratativismo e transformação na Mata Atlântica meridional 367
Marcos Gerhardt

Indústria madeireira e devastação da Floresta com Araucária no médio Vale do Iguaçu 387
Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

V

Cenários atuais e perspectivas futuras 411

Transição florestal em São Paulo: Uma nova história para a Mata Atlântica? 413

Juliana S. Farinaci, Ramon F. B. da Silva, Simone A. Vieira

Conservação da Mata Atlântica brasileira - um balanço dos últimos dez anos..... 434

José Maria C. da Silva, Luiz Paulo Pinto, Márcia Hirota, Lúcio Bedê,

Marcelo Tabarelli